

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.354 - SP (2020/0013248-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : RENATO ALVES DE MORAES**  
**AGRAVANTE : EDUARDO RODRIGO DO ROSARIO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PAULA HUNGRIA AAGAARD - DEFENSORA PÚBLICA -**  
**SP235100**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por EDUARDO RODRIGO DO ROSARIO E OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, ou, se publicada após 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise dos autos, verifica-se que inexistente a data do protocolo do recurso especial (fls. 645/664), não sendo possível verificar a sua tempestividade. Registre-se que, também, não há como aferir a tempestividade por outro meio.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. FALTA CÓPIA DO INTEIRO TEOR DO RECURSO. CARIMBO DO PROTOCOLO INEXISTENTE. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE.

1. Consta ilegível o carimbo do protocolo na peça trasladada, revelando deficiente o instrumento do agravo dirigido a esta Corte.

2. A falta ou a ilegibilidade do carimbo do protocolo da cópia do recurso especial inviabiliza a aferição de tempestividade, o que obsta o conhecimento do agravo de instrumento. Precedentes.

3. Ressalte-se o dever de vigilância da parte no traslado das peças formadoras do agravo de instrumento, por ser ônus da agravante zelar pela correta instrução do agravo.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1422095/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 07/03/2012)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Cumpre esclarecer que constitui ônus da parte recorrente a prática dos atos necessários à admissibilidade do recurso. A ausência ou ilegibilidade do carimbo do protocolo apostado na petição de interposição do recurso impede a verificação de sua tempestividade (AgRg no REsp 1390521/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 14/12/2015; AgRg no AREsp 551.756/RS, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015); AgRg no REsp 1512400/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 21/09/2015)

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente